



AS ELITES POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU: DAS GRANDES JOGADAS À POLARIZAÇÃO POLÍTICA

*Paulo Anós Te*¹
*Jusinho da Silva*²

Resumo

O presente trabalho analisa as atitudes das elites políticas na Guiné-Bissau em relação à polarização política. As elites políticas bissau-guineenses experimentaram algumas transformações significantes no pretérito recente com abertura política, em 1991, ocasionando o surgimento de novos partidos políticos e o realinhamento político das suas bases políticas. A polarização política diz respeito ao aumento da divergência ou à divergência entre as atitudes políticas extremamente antagônicas. Assim, o surgimento da (nova) elite política faz com que muitos dos jovens com sentimento partidário se alinhassem aos seus modus operandi na articulação de bases eleitorais, buscando ampliar os seus interesses políticos e ideológicos. As condições políticas, (como posição partidária, o sistema eleitoral, a própria composição da elite, etc.) determinam em parte a polarização política no país. O surgimento das novas elites políticas e o (re)posicionamento de novos partidos políticos sobre as diferentes esferas populacionais têm contribuído para evitar a polarização política? Durante alguns anos, essas elites estiveram unidas durante a transição democrática ou se viram mais como inimigos políticos? Esta pesquisa aborda as questões por meio da revisão da literatura sobre o assunto. Isso é feito através da seleção dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. A pesquisa evidência que, durante o processo de transição e pós-transição, a política de consenso desapareceu sendo aplicada a política de unanimidade no cenário político. Entretanto, apesar de haver um discurso político baseado na “unidade nacional”, as atitudes das elites políticas são tão polarizadas ao ponto de influenciar os comportamentos dos cidadãos e, portanto, prevalece sentimento negativo em relação às mudanças profundas das elites políticas e do sistema partidário.

Palavras-chave

Elites Políticas;
Guiné-Bissau;
Polarização;
Sistema Partidário.

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: pauloanoste0@gmail.com.

² Mestrando em educação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rassbycalichara@gmail.com.

Abstract

This paper analyzes the attitudes of political elites in Guinea-Bissau towards political polarization. Bissau-Guinean political elites have experienced some significant transformations in the recent past with the political opening in 1991, occasioning the emergence of new political parties and the political realignment of their political bases. Political polarization refers to the increase in divergence or the divergence between extremely antagonistic political attitudes. Thus, the emergence of the (new) political elite causes many of the young people with party sentiment to align themselves with their modus operandi in articulating electoral bases, seeking to broaden their political and ideological interests. The political conditions, (such as party position, the electoral system, the composition of the elite itself, etc.) partly determine the political polarization in the country. Have the emergence of new political elites and the (re)positioning of new political parties on the different population spheres contributed to avoid political polarization? For some years, were these elites united during the democratic transition or did they see themselves more as political enemies? This research addresses the questions by reviewing the literature on the subject. This is done by selecting data obtained through the literature search. The research evidences that during the transition and post-transition process, the politics of consensus disappeared with the politics of unanimity being applied in the political arena. However, despite the fact that there is a political discourse based on "national unity," the attitudes of the political elites are so polarized as to influence citizens' behaviors and, therefore, negative sentiment prevails toward the profound changes in the political elites and the party system.

Keywords

Political elites;
Guiné-Bissau;
Polarization;
Party system.

Introdução

Após a proclamação da independência em 1973, a Guiné-Bissau adotou o regime do partido único sob a égide do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Politicamente, após várias crises internas, perseguições e assassinatos de algumas figuras públicas, o Estado da Guiné-Bissau, a semelhança de outros Estados africanos que experimentaram a liberalização política na década de 1990, adotou o pluralismo político mais pró-democracia liberal em 1991. Segundo Cardoso (1995) e Nóbrega (2003a), o processo da liberalização política não resultou da vontade própria das elites políticas internas, mas através de imposição externa, sobretudo, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Nas últimas duas décadas, a desconfiança na elite política, os sentimentos antipartidários dos jovens e a queda do apoio da população à elite política têm crescido de forma exponencial. Abertura política parece elucidar duas situações contraditórias: a) operacionalizou um grande espaço político disponível para a entrada de novos atores no cenário político e b) o mesmo espaço político é visto como um lugar de "oportunidade" de as elites políticas resolverem os seus problemas pessoais e partidárias, sendo que o espaço político não foi direcionado para os interesses coletivos.

A transição política deveria ser *a priori* uma transição de mentalidade e de valores, em que no regime do partido único os indivíduos não poderiam participar livremente na vida política através da sociedade civil, das organizações sindicais, dos partidos políticos e outras organizações, pois a participação política era, de fato, limitada pelo PAIGC através do seu uso de política de unanimidade, mas, na verdade, o que aconteceu foi o inverso. Ao invés de uma democracia - entendida como a participação, valorização, responsabilização e reconhecimento de todos, adotou-se a *moedamocracia* - o valor que conta é o dinheiro, ou seja, são os valores monetários prometidos pelas agências internacionais que interessavam os autores políticos.

Para algumas literaturas, as medidas adotadas pelo Consenso de Washington foram vistas como responsáveis pela estagnação econômica e pelo agravamento das situações de vida dos bissau-guineenses e as crises políticas, sociais e econômicas somam-se a esse cenário crítico de sucessivas instabilidades políticas. Contudo, neste trabalho enfatiza-se que, a disfuncionalidade do Estado não se deve, exclusivamente, aos condicionalismos impostos pelas agências internacionais, mas devido à falta de preparação da elite política e uma visão clara sobre os diferentes aspectos do país. Assim, a Guiné-Bissau, dadas as circunstâncias históricas e políticas, representa um caso particular e interessante, onde as atitudes das elites em relação à polarização política podem possibilitar outras linhas de análises.

Esta pesquisa aborda as questões por meio da revisão da literatura da elite e da polarização política. A pesquisa evidencia que, durante o processo de transição e pós-transição, os atores mudaram, mas as práticas continuam as mesmas. Entretanto, apesar de haver um discurso político baseado no “desenvolvimento” ou na “unidade nacional”, os sentimentos positivos concernentes à consolidação dos princípios democráticos não sobrevivem às situações de cíclicas crises políticas do sistema partidário e da composição da elite política. Assim, a presente proposta estrutura-se em dois tópicos além da introdução e conclusão: 1) faz-se uma consideração da (re)construção política e histórica da atitude política da elite em relação à abertura democrática e o desdobramento da situação após abertura política; e 2) fala-se sobre grandes jogadas sem mudança das elites políticas, abordando a questão da violência e a banalização do Estado; para mais, a “renovação” da elite política como uma velha questão política.

Elites políticas bissau-guineenses e as suas posturas em relação à liberalização política

A história da formação da elite política na Guiné-Bissau é marcada pelas rupturas e continuidades, compreendendo três fases: *a)* a implementação efetiva do colonialismo português; *b)* a proclamação da independência e os primeiros esforços da edificação do Estado; e *c)* a política de liberalização política nos anos 80, culminando com adoção ao pluralismo político em 1991 (CARDOSO, 2004). Essas fases marcaram o elitismo político, dando espaço para a existência de um poder político exclusivista (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020). Apesar de destacar as três fases da formação da elite política moderna bissau-guineenses, a presente análise cinge-se na terceira fase, pois a partir dessa fase, a liberalização política

ressuscitou a clivagem étnica clara entre a elite política que, outrora se uniram para lutar contra o colonialismo português.

As elites políticas são responsabilizadas pela deterioração do Estado, políticas econômicas e desenvolvimentistas implementadas no país desde a independência até os dias atuais - 2022. Frequentemente se ouve falar: “a culpa é das elites políticas”. Essa expressão, conforme Raposo (2019), surge em situações de exaltações políticas, sociais e econômicas. Quando se fala da elite, fala-se de pequenos grupos de indivíduos que se descantam entre os seus colegas (como os “melhores”) numa dada atividade. Estes podem ser considerados como membros superiores do estrato de uma sociedade e em termos psicológicos e morais, como pessoas selecionadas, ou seja, trata-se de uma construção de pessoas de “carácter e energias superiores” (MILLS, 1981, p.22). Assim, se pode falar da elite política, econômica, social, cultural ou qualquer área. Porém, quando a elite se refere a política a sua interpretação

passa a referir-se ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem. Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo (RAPOSO, 2019, p.160).

Entretanto devido às funções consagradas, a capacidade organizacional da elite se compõe uma base importante que os possibilite governar os governados. A Teoria da elite mereceu uma análise dos teóricos como: Pareto com a sua contribuição sobre a “circulação das elites” Moscas com a “classe política” e Robert Michels, com a da “lei de bronze das oligarquias”. Essas contribuições foram importantes sobre os estudos da elite política contemporânea. Michels (1982) baseia a sua explicação em dois eixos: no que podemos denominar de sociologia das organizações composta pela oligarquia e uma maioria governada; e o segundo eixo refere-se a psicologia das multidões para explicar com a maioria se submete aos oligarcas. Para o autor, em quaisquer organizações partidárias, mesmo aqueles que justificam como democráticas, cria-se uma classe oligarca, fato que o autor denominou “Lei de bronze da oligarquia”. Entretanto, ao olhar para o contexto dos partidos políticos e das elites políticas bissau-guineense (e não só), pode-se sentir os efeitos da obra do autor, apesar de algumas limitações da obra.

Abertura política foi marcada pelas oposições e vozes contraditórias entre as elites políticas (CARDOSO, 1995). Assim, adoção ao pluralismo político não foi consensualmente considerada impulsionar de mudança de mentalidade política capaz de fortalecer as instituições e conduzir de forma eficaz as instituições a resolverem os problemas crônicos que há década assolavam (e ainda assolam) o país - nepotismo, corrupção, má distribuição dos bens públicos, etc., - causados na função pública. A opinião nacional bissau-guineense (na sua maioria) compartilhava uma visão “positiva” com e após abertura democrática, e, num curto tempo, percebe-se estar numa situação mais sombria marcada pelas cíclicas instabilidades políticas.

Com a evolução do processo democrático, as perspectivas das elites políticas que assumiram o país começaram a despertar várias curiosidades e, sobretudo, passaram a ser questionadas, e a descrença na elite política tornou-se patente na sociedade (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020). Isso pode ser explicado através de três fatores: a) a personificação do poder na figura da elite política; b) a entrada da nova elite política não correspondeu com as expectativas da elevação do espírito democrático; e c) a proliferação da elite política aumentou a polarização política. Estes três elementos (e não só) explanam a postura da elite política, impondo situações de incapacidade às instituições públicas e, sobretudo, financeiras para resolver os problemas do povo, transformando o país num estado suave. Quando é assim, o resultado das ações políticas começa a provocar insatisfação popular devido aos resultados políticos indesejados.

No entanto, além da insatisfação popular, mesmo nos momentos críticos, as elites políticas que ocuparam os altos cargos públicos do país não se mostram sempre leais aos princípios democráticos, dado que, recorrem em certas situações os preceitos não democráticos para assumir o protagonismo da gestão do país. Esse processo tem sido constante no país e, de fato, evidência como é complexo para os partidos políticos e as elites políticas mudar os seus *modus operandi* de fazer a política quando não estão no poder. Mesmo aqueles partidos que no passado (recente) eram mais ativos em criticar a má situação governativa do país, mostram-se em muitas circunstâncias desleais quando as decisões sensíveis do país tiveram que ser tomadas no parlamento ou no governo e, em certos contextos, participam para legitimar as alternâncias do poder inconstitucionalmente.

A tendência dos acontecimentos políticos no país tem sido marcada por duas situações: não tem consubstanciado no apoio firme aos princípios democráticos pelas elites políticas que assumiram a governação do país, por um lado, e aumentou a polarização política, por outro. Assim, abertura política declarada, em 1991, e, em tempos mais recentes, o surgimento dos novos partidos políticos reforçou a polarização política. Outros partidos políticos são acusados de não terem princípios, pois, eram (e ainda são) tidas como oportunistas, enquanto outros são acusados de serem direcionados para ganhos próprios (ANÓS TÉ; CAOMIQUE, 2022). As eleições gerais de 1994, marcaram ainda mais o bonapartismo presidencial na figura de João Bernardo Vieira (Nino) e sem grandes mudanças políticas. As eleições presidenciais de 16 de janeiro de 2000 marcaram a virada do panorama político, tendo Kumba Yalá, do Partido da Renovação Social (PRS), como vencedor com 72% dos votos válidos, fato ainda nunca visto na história política do país. Apesar disso, não houve mudanças políticas capaz de elevar o processo do desenvolvimento do país.

Após isso, o país realizou quatro eleições presidenciais, sendo as últimas realizadas em 2019/2020, tendo sido declarado Umaro Sissoco Embaló como vencedor. As eleições legislativas de 2019 e presidenciais do mesmo ano parecem acentuar ainda mais a polarização política, como a emergência do Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), que na sua primeira participação eleitoral obteve 27 cadeiras na Assembleia Nacional Popular (ANP). No desenrolar da situação política, algumas elites políticas passaram adotar posições políticas “antagônicas”, com vários discursos antipáticos, com a utilização de *slogans*: “é a nossa vez”, “é preciso

fazer a guerra para que haja paz”. Houve casos de conspirações, tentativas de assassinatos e espancamentos de deputados e ativistas (tendo dois deles espancados na presidência do país).

Apesar de tais tenções, é notório que alguns partidos políticos esforçaram para não cair na polarização política e reconhecer os problemas emergentes que dividem cada vez mais a sociedade. Se se considerar os discursos e as tenções presentes durante a campanha eleitoral legislativa e presidencial de 2019, percebe-se que as posturas dos partidos políticos e das elites políticas em relação à polarização política ganharam novas roupagens políticas, étnicas e religiosas, sendo que alguns dos partidos que tiveram assentos na ANP fizeram campanhas na base de instrumentalização étnica e religiosa, e um número expressivo de voto foi alcançado na base dessa política.

Nesse contexto, a conjuntura política e as elites políticas passam por grandes transformações (marcadas pelas ruturas e posições ortodoxas), com a gênese de novos atores e partidos políticos com assentos parlamentares, e sem uma grande mudança geracional acompanhada de uma melhor representação de gênero e de discussões sérias. Todos esses fatores não contribuíram para uma mudança da estrutura geral do Estado e das representações políticas no país.

Outros estudos evidenciam que o país tem sido marcado pela cultura de *matchundadi* (MOREIRA, 2017), crises de liderança, a luta pelo poder (NÓBREGA, 2003a) e a falta de mudança na (re)composição da elite política (CARDOSO, 200ab), tais situações não têm contribuído na melhoria de condição do povo. Na primeira década da independência do país, a situação política levou o pesquisador Joshua B. Forrest (1987) a caracterizar a Guiné-Bissau como *a decade of domestic power struggle*³ com base na lógica de captura de conservação do poder da elite que se considera de *matchu*⁴ (MOREIRA, 2017), fato observado não só dentro do PAIGC, mas dentro dos demais partidos políticos, atualmente. O dito popular de que a Guiné-Bissau *padi só fidju-matchu* (a Guiné-Bissau pariu apenas filhos varões), é segunda Moreira (2017), uma lastima feita pela sociedade para elucidar as causas do sofrimento, da pobreza, da violência política ou social, das dificuldades diárias, dos conflitos, das guerras pelo poder e da sua conservação, fato que evidencia a ausência de uma tranquilidade, de estabilidade e de segurança para todo(a)s. A luta pelo poder política por parte da elite política

[...] não se configura apenas na luta pela captura do Estado e suas instituições, mas também se trata da luta pelos recursos que os lugares cimeiros nas estruturas do Estado proporcionam, o que faz com que a esfera política seja a mais disputada. A luta pelo Estado é também a luta pela redistribuição dos recursos, papel este que cabe à figura masculina na sociedade guineense. É no contexto da dominação

³ Uma década de luta pelo poder doméstico (tradução livre).

⁴ Para Moreira (2017), o *matchu* é tendencialmente um déspota (que age em certas circunstâncias com violência), que lutando para estar ou permanecer no cimo da hierarquia política, social e económica do país (e não só), segue o objetivo primeiro de controlar o exercício do poder governamental e outros instrumentos de violência, acumulando poderes que o coloquem sozinho em todas as direções de comando. Essa situação fez de a autora em voz de desabafo afirmar que a Guiné-Bissau *padi só Fidju-Matchu* (a Guiné-Bissau pariu apenas filhos varões).

institucional masculina que as expressões de hipermasculinidade são levadas para as disputas políticas em rituais marcados por uma grande violência e que não raras vezes culminam na eliminação física dos adversários (MOREIRA, 2017, p.1).

Essa cultura de *matchundadi* impossibilitou o diálogo entre as elites políticas emergentes após a liberalização política até os dias - 2022. Após abertura a oposição se apresentou profundamente dividida durante o processo de transição. Até nas vésperas das eleições gerais de 1994, a oposição via-se mais como rivais políticos do que a organização política partidária (CARDOSO, 1995). Desde então, abriram-se as constantes lutas políticas. Assim, após a liberalização política, os conflitos, a cultura de *mantchundadi*, a intolerância e as cisões partidárias internas marcaram a vida política do país até os dias atuais.

Grandes jogadas sem nenhuma mudança política, violência e banalização do estado

O sistema político e partidário bissau-guineense está a sofrer grandes ruturas e sem transformações políticas. A longa hegemonia do PAIGC e PRS no cenário política nas eleições presidenciais e legislativas parece carecer da mesma intensidade e do restabelecimento das suas posições políticas na ANP, sobretudo, nas eleições legislativas e presidenciais de 2019. As posturas de (re)alinhamentos de eleitores e das elites políticas evidenciam um nível da polarização considerável e observável na sociedade. Hoje, há quem negue a existência da polarização e da instrumentalização étnica e religiosa na Guiné-Bissau, sobretudo, nas últimas eleições de 2019.

A coligação entre MADEM-G15, PRS e APU-PDGB que governa o país desde 2020 até 2022 foi marcada por momentos de tensões políticas e fracassos políticos. A oposição do PAIGC, embora não tendo uma posição ímpeto, foi (e ainda é), com certeza, o partido com maior número de assentos na ANP. Os três primeiros partidos supracitados, não constituíram a maioria parlamentar, porém foi possível construí-la por terem “comprado”, no verdadeiro sentido da palavra, cinco deputados do PAIGC, um número suficiente, para aprovar os instrumentos do governo.

A situação tem sido verificada desde 1999 - data das segundas eleições legislativas - em que o PRS comprou alguns deputados no PAIGC e RGB/MB. Essa situação, segundo Nóbrega (2003b) deve-se a falta de cumprimento da disciplina partidária dos deputados dos partidos da oposição em momento importantes da vida parlamentar, como sejam a aprovação do programa do governo, do orçamento geral do Estado e outros instrumentos governativos. Esse “incumprimento” da disciplinar partidária é justificada pelos deputados, conforme o art. 117 da Lei eleitoral nº10/2013, que se trata da eleição do Presidente da República e da ANP, por serem deputados e representantes do povo da Guiné-Bissau, e não unicamente dos seus círculos eleitores onde são eleitos, sendo que não podem ser sujeitos a medidas de prisão, detenção ou outra interferência administrativa das autoridades pelas opiniões que emitem na ANP. Na base disso, os deputados têm utilizado o artigo para justificar a “indisciplina” partidária e as formações de outras coligações.

Foram criadas várias coligações, mas que nunca chegar a estabilizar o país (ANÓS TÉ; CAOMIQUE, 2022). Quando é assim, as mudanças da reconfiguração das elites políticas revelam que ocorreu a mudança básica da Constituição e das demais leis do país, marcando o “aparecimento de novos atores políticos e novas formas de mobilização social, às quais subjazem novas relações de Estado-Sociedade” (CARDOSO, 2002a, p.76). Foi nesse contexto que, adoção ao multipartidarismo possibilitou a (re)emergência de acontecimentos e clivagens sociais que marcaram a vida política do país. Antigas situações de clivagens étnicas e regionais não desapareceram (CANDÉ MONTEIRO, 2019; CARDOSO, 2002a, 2002b), inclusive, nas últimas eleições legislativas e presidenciais de 2019 fizeram sentir presentes. Essas práticas estão a dar lugar a polarização política de forma acentuada para uma direção preocupante que poderá desplotar em grandes convulsões sociais.

A situação política parece elucidar o antagonismo - relações entre os inimigos marcado pelo radicalismo - e não agonismo - relações entre os adversários, como assevera Mouffe (2015). O dualismo e não a dualidade entre as elites políticas possibilitou o desenvolvimento das posturas “ortodoxas”, marcando grandes jogadas pessoais ou partidárias sem grandes mudanças políticas que, de fato, poderiam contribuir para melhor as condições de vida do povo. Essas posições ortodoxas, por exemplo, acentuaram-se ainda mais com a dissidência dos 15 deputados do PAIGC (integrantes da ala que no congresso realizado em 2014 defendia a linha que não conseguiu ganhar o congresso), que segundo Sangreman; Martins & Proença (2019), ao abster-se na primeira votação do programa do governo de Carlos Correia, em dezembro de 2015, retirou a maioria à “coligação” estabelecida, alterando as relações de poder estabelecidas no parlamento pelas eleições legislativas de 2014. Assim, engendraram novas situações de conflitos e discordância com exibição da cultura de *matchundadi*⁵ (virilidade), de ameaças e perseguições, fechando (quase) todos os canais de diálogo que poderiam contribuir na procura de consenso entre as partes.

A própria cultura de *matchundadi* assenta nas hierarquias repressivas de controlo e dominação desiguais, garantindo aos homens os lugares de destaque na sociedade política e na participação nos principais espaços de tomada de decisões políticas, dando origem aos comportamentos e à masculinização tóxica do poder instituído, ocasionando a instabilidade política que compõe a trilogia gênero-violências-instabilidades política no país (MOREIRA, 2017). É essa cultura de *mantchundadi* que impede o consenso e o diálogo entre as partes.

A Guiné-Bissau não emergiu de forma sólida como uma sociedade democrática, que, embora, subjacentes a outros condicionantes, não conseguiu se consolidar social, política e democraticamente do que os outros países que experimentaram o pluralismo político na mesma década, por exemplo, Cabo Verde.

⁵ A cultura di *matchundadi* consiste assim num conjunto de valores, comportamentos, símbolos e práticas norteadas por uma visão do mundo baseada em características entendidas como próprias dos homens e das masculinidades, nos quais se destacam o exercício da força (força física e força simbólica), a exaltação da coragem e da rebeldia, a capacidade de intimidação (através, por exemplo, do medo e da repressão) e o exercício da violência (física, institucional, política, social e simbólica), funcionando estes como medidores do poder e da influência de indivíduos ou grupos perante os seus pares e perante a sociedade (MOREIRA, 2017, p.2).

Muitas elites políticas abriram espaços para as querelas pessoais e, portanto, a situação política de 1991-2022 evidência essas situações. Sobre isso, pode-se dizer:

os principais acontecimentos do período 1991-2009 foram o multipartidarismo, que começa em 1991 e a realização das primeiras eleições plurais em 1994; O Conflito Político-Militar de 1998 que afastou o lendário presidente Nino Vieira do poder; a Eleição de Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social em 2000, a primeira força política a derrotar o PAIGC nas urnas e a permitir a rotatividade partidária no país; o golpe de estado de 14 de Setembro de 2003 que afastou Kumba Yalá da presidência da Guiné-Bissau; Em Março de 2004 o PAIGC vence as eleições e Carlos Gomes Júnior é nomeado Primeiro-Ministro; O regresso de Nino Vieira após seis anos de exílio em 2005 e as eleições presidenciais que o elegem como Presidente da República em Julho desse ano; E as violentas mortes do CEMGFA Tagmé Na Waie e do Presidente da República Nino Vieira em Março de 2009 (MOREIRA, 2017, p.212-213). [O golpe de Estado de 12 de abril de 2012; sucessivos derrubes do governo e nomeações de 9 governos pelo José Mário Vaz de 2015-2019; realização das eleições legislativas de 2019 e presidenciais de 2019 marcadas pela polarização acentuada, instrumentalização étnica e religiosa; e a tomada simbólica do poder pelo Umaro Sissoco Embaló, perseguições, torturas, ameaças, e prisões arbitrárias].

Em termos políticos e sociais observou-se o auge da cultura de intolerância e de *matchundadi* com o recurso da violência e das instituições do Estado a serem usados para resolver as supostas desavenças políticas. Assim, as instituições estatais ficaram inoperantes para resolver quaisquer situações sociais e até os problemas menos complexos, e os governos não tinham (e não têm) condições para governar o país. Pois,

as discórdias laborais, as tensões entre as fações no seio da classe política, as lutas pelo controle dos escassos recursos econômicos, todas estas discórdias que numa situação de pleno funcionamento das instituições e estruturas podiam ser negociadas e ultrapassadas, foram convergindo e afunilando-se num feixe de problemas que se tornaram inabituais para um tecido social já bastante estratificado (CARDOSO, 2000, p.93).

Em termos dos comportamentos políticos e sociais verifica-se o apogeu da cultura de *matchundadi* com o exercício da violência e do poder do Estado a serem levados ao extremo em diversas situações políticas. Sob o comando de Kumba Yalá viu-se a vulgarização das elites políticas e a banalização do exercício do poder político na Guiné-Bissau, pois para além da destituição de altos oficiais e ministros com espalhamento, o país teve quatro Primeiros-ministros no espaço de três anos e meio (MOREIRA, 2017). Esse fato não é só com Yalá, Mário Vaz fez a mesma coisa entre 2014-2019 ao nomear 9 primeiros-ministros.

Com a polarização política, as elites políticas, ambas importantes na edificação de um Estado Democrático de Direito (EDD), tornaram-se “inimigos” políticos apesar de não assumir isso tacitamente. Assim, “a rotatividade dos

eleitores aumentou a um ponto que uma alternância do poder através do voto popular tornou-se [...] [menos] provável” (FEIST; LIEPELT, 1983, p.73). Esse fato abre precedentes para quaisquer situações que possam colocar em causa a paz social, pois o partido político enquanto uma organização “é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p.238). Assim, as elites políticas podem induzir aos seus eleitorados a serem guiados pela postura ortodoxa em vez de dissenso, pois segundo O’Donnell & Schmitter (1988, p.117), a própria democracia política se produz mais pelos impasses e dissensões que por unidade e antagonismo, ou seja, para os autores, “a democracia emerge da interdependência entre interesses conflitantes e da diversidade de ideias discordantes, num contexto que encoraja a interação estratégica entre os autores [...]” políticos e não só.

Entretanto, na Guiné-Bissau, “basicamente todos os partidos se centram na ideia que são os melhores para desenvolver o país, não explicando nenhuma opção em detalhe suficiente para se perceber em que “família” política internacional [ou nacional], se podem inserir, seja qual for o nome que adotem” (SANGREMAN; MARTINS; PROENÇA, 2019, p.9) para a estabilidade política, social e econômica do país. Esse fato tem contribuído na/para banalização da classe e da elite política, do Estado e das instituições do país. O caso mais emblemático além de 7 de junho de 1998 a 7 de maio de 1999 - período de levantamento militar, é que em 2009 a Guiné-Bissau mostra a face ferida da queda e apresenta-se um país profundamente dividido (étnica e socialmente) e pouco respeitado no panorama internacional; assiste-se ainda à banalização total do Estado e suas instituições e à vulgarização da classe política (classe dominante). Da banalização surge o desânimo e o descrédito da classe dominante (política, militar e econômica), e surge também a perigosa convicção de que qualquer um, desde que munido de força e recursos, pode estar à frente do país, sem mais provas de caráter e de competência. O ano de 2009, como todos os fins de período, é também ele o somatório e o resultado de um extenso período anterior, marcado por inúmeras turbulências internas, mas sobretudo pela impunidade reinante a toda a escala da sociedade, e por figuras políticas que em maior ou menor destaque contribuíram para a situação anteriormente descrita (MOREIRA, 2017, p.219).

Este é um cenário de dominação institucional masculina marcada pela virilidade no qual as elites políticas e os indivíduos são admitidos ou afastados conforme a sua força - desde o apoio militar ou político ao suporte que conseguem mesmo fora dos procedimentos normais - e o seu grau de violência efetivo ou potencial se materializa nas instituições do país. Aqui, os instrumentos que alimentam as máquinas do poder e da sua conservação é a impunidade, posicionando-se a elite política acima da legislação oficial e do próprio Estado (MOREIRA, 2017) que tendem geralmente a personificar o poder.

Quando isso acontece, as elites políticas passam a identificar que “o Estado sou eu”. O burocrata identifica-se completamente com a organização e confunde [os] seus interesses com os interesses desta” (MICHELS, 1982, p.130), provocando uma incapacidade de apreciar de forma serena e pragmática as críticas dos seus

adversários políticos. E, propositalmente, elas (elites políticas) não deixam de relacionar as críticas, todas as vezes que são feitas, com as questões pessoais, ou seja, “a pessoalização das divergências políticas tem sido, aliás, um marco importante do jogo político, predominando mais a acusação mútua do que um debate de ideais” (CARDOSO, 2002b, p.26) sérias na Guiné-Bissau.

A política em vez de ser um espaço no qual acontece debates políticos entre as propostas da governação do país, o espaço político fica reduzido à polarização. Nesse contexto, “os partidos políticos vão tentar vender sua mercadoria por meio de um *marketing* inteligente, com ajuda das agências de publicidade” (MOUFFE, 2015, p.61). A consequência disso, tem sido a polarização e o antipartidarismo, pois os partidos políticos perderam a sua centralidade política por não estarem mais lidando com as dinâmicas do país. Com a liberalização e a individualização dos problemas políticos, os antigos *modus operandi* de fazer a política e as discussões políticas sérias tornaram incertas. Portanto, a individualização, característica da situação política, não se tornou obsoleto na situação atual da política e precisa ser discutida.

Esse processo de individualização destrói as formas coletivas de vida, indispensáveis para o surgimento da consciência coletiva e do tipo de política que corresponde a elas. Portanto, é totalmente ilusório tentar promover a solidariedade de classe, dado que a principal experiência dos indivíduos hoje é justamente a destruição mesma das condições de solidariedade coletiva. O crescimento da individualização enfraquece os sindicatos e os partidos políticos, tornando ineficaz o tipo de política que costuma promover (MOUFFE, 2015, p.47).

A prática também enfraquece as instituições do Estado, tornando-as inoperante para resolver os problemas do povo. Com isso, as mudanças que o Estado da Guiné-Bissau vem passando ao longo dos anos, já que, como foi salientado, não resultaram em grandes transformações políticas e mudança de mentalidade, mas ocorreram de forma a permitir a manutenção e ascensão de nova elite política. Nas situações como essas, as elites políticas deslocam o terreno de debate para questões pessoais e não de interesse nacional. E, entretanto, conforme Michels (1982), o carácter oligárquico das elites políticas se manifesta no fato de que também exige das massas, embora por razões que não têm nada a ver com a consolidação da democracia ou dos princípios democráticos, ou da melhoria da condição destas, a obediência. Essas situações podem ocorrer ou pelo fanatismo cego, ou pela falsa convicção absoluta às elites políticas. Vejamos o que o mesmo autor afirmar:

seu fanatismo sectário que, tal como um contágio, comunica-se às massas com uma facilidade espantosa; a inabalável confiança sugestiva em si mesmo, daí a razão do profetismo; uma grande habilidade oratória e dialética, uma ambição maior ainda, uma necessidade irresistível de se colocar sempre à frente e, *last but not least*⁶, uma faculdade de

⁶ Por último, mas não menos importante (tradução live do autor).

adaptação quase ilimitada (MICHELS, 1982, p.147, grifo original).

Com isso, pode-se salientar que não houve mudanças políticas e elitistas nessas três décadas do pluralismo político, na qual as elites políticas tenham desempenhado um papel importante para o desenvolvimento do país. Pode-se até afirmar que a polarização política ou o pluralismo polarizado marcada pelas oposições irreversíveis de que fala Giovanni Sartori foi criada e provoca pela elite política. É a elite política que continua a manipular a opinião pública e as máquinas burocráticas do Estado para atender ou as suas demandas políticas ou pessoais. Com isso, neste cenário da luta desenfreada e violenta pelo poder, a instabilidade política aparece como uma inevitabilidade. A cultura de *matchundadi* é uma das causas-mestres das forçadas mudanças do elenco político do país, relacionando-se com o acesso aos recursos (legais e ilegais, materiais e simbólicos) e o patrimônio (físico e moral), e pela fama e prestígio que a capacidade de redistribuição garante aos *matchus* políticos. A tomada do poder pela força e pela exibição de grande coragem - que é precisa para se levar a cabo um golpe de estado - são os ingredientes que fazem o poder dentro das estruturas de *matchundadi* (MOREIRA, 2017, p268, grifo original).

São as práticas que se assistem no país e isso ficou evidente nas últimas eleições (legislativas de 2019 e presidenciais de 2019, por isso, o surgimento da elite política não consubstanciou na mudança das práticas política, mas sim, a renovação e a manutenção do *status quo*. Esse *status* terá de ser questionado se se quiser democratizar as instituições básicas da sociedade, como aduz Mouffe.

A renovação da elite política ou a velha questão?

Segundo os teóricos da elite política, entre os quais, Michels (1982), os processos políticos são marcados pela luta constante pelo poder entre a elite governamental e alternativa. Porém, isso pode ser ocasionado pelas duas posturas: absorção ou a eliminação. No prelúdio da independência, todas as duas posturas foram idealizadas pelo PAIGC ao absorver todas as outras camadas sociais e políticas sob o seu domínio e ao eliminar as vozes discordantes. Na África pós-independência, a maioria dos Estados africanos adotaram o regime monopartidário como sistema político - em que apenas o partido único era reconhecido para exercer a atividade política. No caso da Guiné-Bissau, foram adotadas medidas severas entre as quais: a política de unanimidade, censura, perseguições, assassinatos, políticas de autocensura e instalação de milícias do Estado para vigiar a população.

No sistema democrático que os países africanos experimentaram a partir da década de 1990, abriram-se caminhos para o rejuvenescimento da nova elite política, contudo, para Cardoso (2002b), no caso da Guiné-Bissau, poucos casos se deu a verdadeira substituição das “velhas” elites pelas novas como mecanismo da alternância da oligarquia, por isso, no seu entender, a onda da democratização evidencia que a consolidação da democracia se deve e/ou deverá à mudança de mentalidade da elite política dirigente. Com isso, a instabilidade política e a consolidação dos princípios democráticos dependem dos mecanismos que forem

usados como instrumentos importantes dos compromissos da elite governamental para com o Estado e a população, assim dizendo, da sua existência como parte fundamental e importante da fortificação das instituições do país. Desde abertura política até os dias atuais - 2022, pode-se dizer que com a liberalização económica (*sic*) e social e a consecutiva abertura política, nomeadamente através da realização de duas eleições multipartidárias, tendo a última desembocado numa alternância do poder, abriu-se a possibilidade de um certo rejuvenescimento (*sic*) da elite política, nomeadamente através da consolidação do papel dos partidos políticos na cena política e através das eleições competitivas. Mas este rejuvenescimento (*sic*) não se tem traduzido numa nova forma de fazer política, o que faz com que o processo de constituição desta “nova” elite política seja marcada por um conjunto de características, dentre as quais se poderia destacar as seguintes (CARDOSO, 2002b, p.26).

QUADRO 1 - Características das elites políticas bissau-guineenses

Características	Observações
Ausência de uma cultura democrática	A falta de interiorização de uma cultura democrática continua a pesar negativamente no relacionamento entre os diferentes sectores e franjas da classe política. O relacionamento dos órgãos da soberania com os partidos da oposição tem sido prejudicado pela ausência de um diálogo construtivo em que prevalecem os interesses da nação em detrimento dos interesses pessoais;
A falta de interiorização dos valores democráticos pela elite política	As estruturas dos partidos funcionam com deficiência e a luta pelo poder torna-se cada vez mais evidente como sinal do protagonismo político. Esta luta pelo protagonismo em várias situações é levada a situações rígidas dentro dos partidos, o que tem deixado sinais da falta de internacionalização dos valores e legados democráticos pelas elites políticas;
Dificuldade do diálogo intrapartidário	A dificuldade é o resultado da ausência e/ou pouca internalização de uma ideologia e de programas políticos coerentes e aqueles que querem ocupar o cargo mais alto do magistério do país. Salvo raras exceções, nas eleições de 2014 e 2019, os candidatos às eleições (presidenciais e legislativas) não apresentaram nenhum programa ou moção estratégica das suas visões políticas;
A cultura de <i>matchundadi</i>	Impede o diálogo entre as elites políticas em que os homens se encontram e sentem-se acima da lei e a impunidade é, para além do exercício da violência enigmática, uma das posturas que caracterizam a elite política. É, portanto, exatamente nesta situação de impunidade que as elites políticas se expandem e se (re)produzem no cenário das lutas constantes pelo poder político e econômico, onde se mostram e se desafiam uns aos outros, sendo que cada um busca evidenciar a sua virilidade.

FONTE: Cardos (2002b, 2004); Nóbrega (2003b); Moreira (2017); adaptada pelo autor.

A mudança de uma elite política está a passar por um longo e complexo processo de grandes jogadas e de entrada em cena de novas elites políticas, mas igualmente por alguma integração/assimilação mútua entre as velhas e as novas. Mais do que de uma renovação da elite política capaz de elevar o processo da mudança política, assiste-se a formação e a recomposição da mesma, que, de fato, vende uma imagem fantasmagórica de uma elite rejuvenescida. A recomposição esta que, ao mesmo tempo, em que engloba a entrada de novos atores e elites políticas, tolera a

manutenção de elementos pertencentes à antiga elite política, (CARDOSO, 2002b), incluindo, adotando as mesmas políticas usadas precedentemente.

O que se vê, na verdade, é uma elite política desprovida de uma capacidade reflexiva capaz de orientar o país para o desenvolvimento com pleitos endógenos, atendendo às necessidades do país e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural (ANÓS TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020) ou seja, desde abertura democrática até as últimas eleições “mudaram-se os atores, mas as práticas continuam a ser as mesmas” (CARDOSO, 2002b, p.26), portanto, a mudança da elite deveria ocasionar “[uma transformação das estruturas de poder existentes e a construção de uma nova hegemonia” (MOUFFE, 2015, p.51) política, social e desenvolvimentista.

Considerações finais

O rejuvenescimento das elites políticas e as suas trajetórias delineadas não consubstanciaram numa verdadeira renovação e mudança de mentalidade da elite, nem na sua articulação social e comportamental. Observa-se uma permanência de cultura de *matchundadi* e até posições ortodoxas concernentes aos mecanismos de luta pelo poder e a sua conservação. Fato este que tem aumentado a situação da vulnerabilidade, da corrupção, do nepotismo e da cultura de impunidade a ponto de haver a crise de legitimidade política e a descrença nas instituições públicas. Em outras formas, é pensar se este “rejuvenescimento” é uma característica importante para ancorar o próprio desenvolvimento do país, ou se trata de uma ilusão da estabilidade e da consolidação democrática? Portanto, as elites políticas assumem a forma de confrontação amigo/inimigo, levando a destruição do ente político nas suas variáveis formas e como a consequência disso, os jovens não se sentem representado pela elite política.

Referências

ANÓS TÉ, Paulo; CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 4(4), 214-239, 2020.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, 2(1), 259-282, 1995.

CARDOSO, Cardoso. Compreendendo a crise de 7 de junho na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau, 2(7) 87-104, 2000.

CARDOSO, Carlos. Transição liberal e reconfiguração do espaço político: o caso da Guiné-Bissau. In: *Congresso Luso-Afro-Brasileiro De Ciências Sociais*, 6., 2002. Porto. Anais... Porto, 2002a.

CARDOSO, Carlos. *A formação da elite política na Guiné-Bissau* (Vol. 5). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002b.

- CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2004.
- FEIST, Ursula; LIEPELT, Klaus. New Elites in Old Parties: Observations on a Side Effect of German Educational Reform. *International Political Science Review*, 4(1), 71-83, 1983.
- FORREST, Joshua B. Guinea-Bissau Since Independence: A Decade of Domestic Power Struggles. *The Journal of Modern African Studies*, 25(1), 95-116, 1987.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- MILLS, C. Wright. (1981). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- MOREIRA, Joacine Katar. *A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política*. Tese (Doutorado em estudos africanos). Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, Lisboa, Portugal, 2018.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- NÓBREGA, Alvaro. *A Luta Pelo Poder Na Guiné-Bissau*. Universidade Técnica De Lisboa/ Instituto Superior De Ciências Sociais e Políticas, 2003a.
- NÓBREGA, Alvaro. Desejo de “cambança”: o processo eleitoral de 1999. *Soronda, Bissau*, 6(6), 7-82, 2003b.
- O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. *Transições do regime autoritário primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 53(1), 159-177, 2019.
- SANGREMAN, Carlos; MARTINS, Luís Vaz; PROENÇA Fernandes. Guiné-Bissau: a evolução da situação política de 2010 a 2018. In: SANGREMAN, Carlos. (Cord.) Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro. *Review of African Political Economy*, 20(58), 7-40, 2019.
- Sartori, Geovani. *Partidos e sistemas políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.



Recebido em janeiro de 2022
Aceito para publicação em abril de 2023